

REFORMAS 2024
DEZ LÍDERES
SUGEREM O QUE
PORTUGAL PRECISA
A CURTO PRAZO

ESTAS SÃO AS REFORMAS PARA PORTUGAL EM 2024

TEXTO **FREDERICO PEDREIRA**

FOTOGRAFIAS **HUGO AMARAL E D.R.**





Os líderes de dez firmas de advogados partilharam com a *Advocatus* algumas das reformas que esperam que aconteçam a curto prazo em Portugal no próximo ano. Desde a urgência de garantir que o primeiro semestre não seja um “semestre perdido”, à estabilidade, que o Estado deixe de ser um “ator económico” ou até à necessidade de um novo paradigma, advogados deixam notas para o futuro.



BRUNO FERREIRA
MANAGING PARTNER DA PLMJ

“O mais necessário e urgente é garantir que o primeiro semestre de 2024 não seja um semestre perdido”



→ Bruno Ferreira, *managing partner* da PLMJ, acredita que perante o atual contexto do país é preciso garantir que o primeiro semestre de 2024 não seja um “semestre perdido”, em particular no tema do investimento público e privado.

O líder da PLMJ considera ainda que nenhuma reforma se fará se não avançarmos para uma “lógica de pactos” de regime naquilo que é essencial para o país e que sobreviva ao tempo dos ciclos políticos: a transição energética, a transição digital, a atração de investimento e a criação das condições certas para que este se concretize em espaços de tempo aceitáveis.

Que reforma espera a curto prazo para Portugal em 2024?

Há duas décadas, pelo menos, que falamos na necessidade de reformas, mas o que sempre acaba por acontecer é que acabamos a resolver a urgência e a superar um qualquer momento difícil. Eis-nos aqui outra vez, sem margem para falar em reformas necessárias, como seria a reforma de mecanismos de atração de investimento, reforma fiscal, reforma na Saúde e na Educação.

A mesma pergunta colocada antes desta crise política, teria outro tipo de resposta.

No contexto atual, penso que o mais necessário e urgente é garantir que o primeiro semestre de 2024 não seja um semestre perdido para o país, em particular no tema do investimento público e privado. Isto liga-se com o contexto de incerteza política que nunca é positivo quando falamos de captação de investimento e do normal andamento dos projetos em curso.

Há também o tema da execução do PRR que, uma vez mais, não beneficia de contextos políticos incertos e, a esse nível, as perspetivas não são as mais animadoras: é altamente provável, para não dizer certo, que o próximo Governo será minoritário, o que atrasará ainda mais a transição de legislatura por causa dos acordos que o partido vencedor terá de fazer, à esquerda e à direita.

Nenhuma reforma se fará se não conseguirmos avançar para uma lógica de pactos de regime naquilo que é essencial para o país e que sobreviva ao tempo dos ciclos políticos: a transição energética, a transição digital, a atração de investimento e a criação das condições certas para que este se concretize em espaços de tempo aceitáveis. A verdade é que Portugal corre o risco de ser substituído no mapa de investimento por países do Leste da Europa. Temos beneficiado do fator paz, mas a guerra não durará para sempre.



↓ Os novos *managing partners* da SRS Legal, César Sá Esteves e Octávio Castelo Paulo, defendem que a reforma mais importante é a do Estado. Assim, acreditam que o Estado precisa de dar espaço aos cidadãos para que decidam sobre o seu “futuro individual”, sobre a criação de riqueza e formas de a aplicar.

À *Advocatus*, os líderes da SRS alertam que é ainda importante denunciar a situação de paralisação da Justiça que se vive e que “urge solucionar”. “De igual modo, merece crítica a introdução apressada do regime da multidisciplinaridade na advocacia”, disseram.

Que reforma espera a curto prazo para Portugal em 2024?

A reforma mais importante para 2024 é a do Estado. Vivemos com um Estado omnipresente, que condiciona a vida dos cidadãos, cria barreiras à livre iniciativa e desvia parte importante da riqueza criada para despesa não reprodutiva, não geradora de nova riqueza e de mais emprego.

Precisamos de menos e de melhor Estado. Um Estado que deixe espaço aos

cidadãos para que decidam sobre o seu futuro individual e sobre a educação dos seus filhos. Que deixe aos cidadãos as decisões sobre a criação de riqueza e sobre as formas de aplicar a mesma. Que permita a criação de mais emprego pelas necessidades reais do mercado e não com base em artifícios de conveniência.

Em 2024, o Estado deve deixar de ser um ator económico (deve regular e ser árbitro, mas não ser jogador) e focar-se na resolução dos muitos problemas, que se arrastam há anos, nos setores fundamentais da Justiça, Saúde, Educação e Defesa. Na Saúde e na Educação, a sociedade civil pode e deve participar, ajudando o Estado a definir as melhores soluções para servir os cidadãos. É importante também valorizar quem serve o Estado, remunerando condignamente e com condições equiparadas às do setor privado.

Deve ainda focar-se em criar políticas de médio e longo prazo, incentivadoras da preservação do ambiente, desenvolvimento da indústria e serviços, atração de investimento estrangeiro (através da estabilização e desburocratização do quadro legal que enquadra a atividade empresarial) e desenvolvimento e retenção do talento português, ao invés de reformas ao sabor do contexto conjuntural político, que repelem a iniciativa privada e o investimento.

Por fim, é ainda importante denunciar a situação de paralisação da Justiça que se vive e que urge solucionar. Todos os intervenientes, juizes, advogados, ministério público e funcionários judiciais devem ter as melhores condições para o cumprimento da sua função. De igual modo, merece crítica a introdução apressada do regime da multidisciplinaridade na advocacia, cujos impactos positivos e negativos não mereceram grande atenção dos decisores e não foram suficientemente amadurecidos, podendo agravar ainda mais o atual momento difícil que a Justiça atravessa.

“Em 2024, o Estado deve deixar de ser um ator económico”



**CÉSAR SÁ ESTEVES
E OCTÁVIO CASTELO PAULO**

MANAGING PARTNERS
DA SRS LEGAL





DIOGO XAVIER DA CUNHA

MANAGING PARTNER DA MIRANDA

“Julgo que mais do que reformas, necessitamos de um novo paradigma”



→ O *managing partner* da Miranda & Associados, Diogo Xavier da Cunha, considera que, com eleições e com um resultado incerto, é difícil antecipar o que quer que seja para o primeiro semestre do ano. Ainda assim, defende que o país precisa de uma simplificação.

Essa simplificação passa pelo sistema fiscal, pelos procedimentos administrativos e licenciamentos e até pela Segurança Social e pela justiça. Diogo Xavier da Cunha afirma que não podemos continuar a aceitar que a “celeridade processual não seja um princípio fundamental observado de forma intransigente em todos os processos por todos os intervenientes”.

Que reforma espera a curto prazo para Portugal em 2024?

Em face dos recentes acontecimentos que marcam o atual panorama político nacional, qualquer perspetiva para 2024 cai necessariamente no campo da expectativa remota

ou, usando a boa expressão anglo-saxónica, no domínio do “*wishful thinking*”.

Na verdade, com eleições no início de março de 2024 e com um resultado incerto, é difícil antecipar o que quer que seja para o primeiro semestre do ano. E estaremos dependentes da composição do futuro Parlamento e Governo para sabermos que tipo de reformas poderemos esperar – se é que poderemos esperar alguma.

Em todo o caso, julgo que o País deveria ter como objetivo geral a simplificação: desde logo do sistema fiscal, baixando impostos de forma generalizada e extinguindo benefícios e deduções que apenas aproveitam aos mais informados ou “esperados”. É de elementar justiça que o nível de tributação, direta e indireta, se ajuste ao nível de rendimentos e de riqueza do País. O discurso de que o Estado está a dar às empresas e às famílias alguma coisa quando reduz impostos, taxas ou contribuições é inaceitável. Quem gera essa riqueza não é o Estado, são as empresas e as pessoas. A título de exemplo, o Imposto Municipal sobre Transações (IMT), sucessor da SISA,

um imposto medieval sem nexos, é absurdamente alto para qualquer pessoa que hoje compre um imóvel para habitação numa grande cidade. Muitas vezes, são poupanças de uma vida provenientes de rendimentos já tributados a taxas altas, que vão ser usadas para pagar um imposto na compra de uma casa num mercado brutalmente inflacionado e completamente desajustado do poder de compra da generalidade dos portugueses – incluindo aqueles que o fisco considera “ricos” nos generosos escalões do IRS.

Mas o objetivo geral de simplificação deve ser bem mais ambicioso e abranger outras áreas do Estado, designadamente procedimentos administrativos, licenciamentos, no domínio da Segurança Social e na área da justiça. Neste capítulo, não podemos continuar a aceitar que a celeridade processual não seja um princípio fundamental observado de forma intransigente em todos os processos por todos os intervenientes.

Passámos mais um quarto de século a falar de reformas. Julgo que mais do que reformas, necessitamos de um novo paradigma. De uma nova estratégia para o País.

FERNANDO ANTAS DA CUNHA

MANAGING PARTNER DA ANTAS DA CUNHA ECIJA

“Espero que o setor privado tenha, uma vez mais, a capacidade de resiliência que nos habitou”

→ Fernando Antas da Cunha, *managing partner* da Antas da Cunha Ecija, confessou à *Advocatus* que está “especialmente apreensivo” com o próximo ano, uma vez que o contexto internacional e interno fazem com que seja um pouco pessimista.

O advogado considera que Portugal tem vindo a construir uma reputação internacional, que levou à atração de vários investimentos, mas que “de uma assentada estamos a destruir todo esse legado”. “A incerteza, a insegurança jurídica, os avanços e recuos que o governo já nos habituou, não podem não ter um impacto extremamente relevante no momento de um investidor tomar decisões”, disse.

Que reforma espera a curto prazo para Portugal em 2024?

Há vários anos que, por esta altura do ano, escrevo acerca daquilo que são as minhas expectativas para o ano seguinte. Por uma razão, ou por outra, existem sempre um conjunto de incertezas que tornam difícil o exercício que me pedem. Contextos como, intervenção do FMI, Covid, Guerra na Ucrânia, etc.. passaram a fazer parte das nossas vidas. Sem prejuízo, confesso que este ano estou especialmente apreensivo pois o contexto internacional e, especialmente, o contexto interno, leva-me a ser

um pouco pessimista, característica que não faz parte da minha maneira de ser.

Sem prejuízo da recente crise política, faz-me a maior das confusões como se podem tomar tão más decisões num tão curto espaço de tempo. Desde há uma década a esta parte, Portugal construiu uma reputação internacional que levou à atração de vários investimentos para o nosso país. Foram implementados um conjunto de programas que, realmente, colocaram-nos numa posição que não tínhamos em 2010. De uma assentada, estamos a destruir todo esse legado. A incerteza, a insegurança jurídica, os avanços e recuos que o governo já nos habituou, não podem não ter um impacto extremamente relevante no momento de um investidor tomar decisões se avança, ou não, para um determinado projeto.

No plano interno, a brutal carga fiscal a que estamos sujeitos, leva ao êxodo de muito do nosso talento e empresários a procurar outros destinos.

Centrando-me agora no setor jurídico e da advocacia em particular, temos vivido anos muito positivos, com um crescimento transversal do setor. Crescemos as nossas estruturas, investimos na inovação, aumentámos remunerações, criámos muitos postos de trabalho. Espero que o setor privado tenha, uma vez mais, a capacidade de resiliência que nos habitou, de forma a que os impactos que possam derivar destas políticas desastrosas sejam o menos impactante possíveis.

DEZEMBRO / JANEIRO 2024



INÈS SEQUEIRA MENDES

MANAGING PARTNER DA ABREU ADVOGADOS

“A reforma da justiça portuguesa poderá beneficiar da IA”

↓ Inês Mendes Sequeira, *managing partner* da Abreu Advogados, considera que o setor da advocacia irá conhecer uma nova realidade a curto prazo com a inteligência artificial e o AI Act. Assim, acredita que a reforma da justiça pode beneficiar com este instrumento.

Ainda assim, sublinhou que as preocupações com o lado menos positivo da inteligência artificial também se justificam na advocacia. “O riscos da mecanização e da despersonalização dos serviços jurídicos e da própria Justiça existem e devem ser contrariados pela conceção da IA como uma ferramenta ao serviço dos seres humanos”, disse.

Que reforma espera a curto prazo para Portugal em 2024?

A curto prazo, mais do que uma reforma, o setor da advocacia, mas não só, conhece uma realidade, que será disruptiva e que terá o primeiro conjunto de regras harmonizadas à escala europeia assim que o Parlamento Europeu e o Conselho se puserem de acordo: falo da inteligência artificial e do chamado AI Act, a proposta de Regulamento da Comissão de 21 de abril de 2021, cuja negociação, segundo os mais otimistas, poderá conhecer um desfecho até ao fim do ano.

A reforma da justiça portuguesa poderá beneficiar deste poderoso instrumento e tornar-se mais ágil, segura e eficiente.

Não se trata, sublinho, de uma esperança, mas da consciência da relevância exponencial de um conjunto cada vez mais amplo

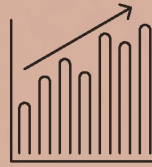
de tecnologias e da certeza de que, a muito breve trecho, este assumirá um lugar incontornável no modo como os serviços jurídicos são prestados. O recurso à IA acelerará procedimentos, possibilitará maiores recolhas de dados e a sua comparabilidade, gerará conhecimento e permitirá que os advogados não percam tanto tempo em funções rotineiras e repetitivas.

A forma de trabalhar tenderá a mudar e, com ela, também a gestão dos recursos humanos, dos meios técnicos e do conhecimento e, com elevada probabilidade, a própria condução estratégica das sociedades de advogados.

No entanto, as facilidades que a inteligência artificial trará não são isentas de riscos. No último discurso sobre o Estado da União Europeia, a presidente da Comissão foi especialmente clara ao citar o alerta sombrio que recebera: “A atenuação do risco de extinção devido à IA deve ser uma prioridade mundial, juntamente com outros riscos para a sociedade, como as pandemias e a guerra nuclear”.

Mesmo quando não são levadas aos extremos da sobrevivência humana, as preocupações com o lado menos positivo da inteligência artificial também se justificam na advocacia. O riscos da mecanização e da despersonalização dos serviços jurídicos e da própria Justiça existem e devem ser contrariados pela conceção da inteligência artificial como uma ferramenta ao serviço dos seres humanos, dos seus direitos e da singularidade dos seus projetos e desafios e por uma regulamentação sólida, ética e eficaz que os proteja.





JOÃO MIRANDA DE SOUSA

MANAGING PARTNER DA GARRIGUES

“Às vezes são as ‘micro’ reformas que no fim provocam as transformações mais profundas e radicais”

→ João Miranda de Sousa, *managing partner* da Garrigues em Portugal, defende que reformas “verdadeiramente profundas” e “estruturais” são impossíveis do noite para o dia, com “balizas temporais tão curtas”.

No entanto, o líder da Garrigues apontou uma “micro” reforma para o setor da Justiça em 2024: a disponibilização online para acesso e consulta pública das decisões proferidas pelo tribunal de propriedade intelectual, bem como das decisões da Relação de Lisboa e do Supremo Tribunal de Justiça a elas aferentes.

Que reforma espera a curto prazo para Portugal em 2024?

Reformas verdadeiramente profundas e estruturais, da noite para o dia, com balizas temporais tão curtas, são impossíveis de conseguir sobretudo num cenário de instabilidade e de incerteza como aquele que caracterizará o ano que agora começa. Prefiro focar-me em “micro” reformas no “micro” setor da Justiça que conheço

melhor que é o setor ao qual está confiada a proteção judicial dos direitos de propriedade intelectual.

Focando-me em reformas desse “micro” setor cuja implementação não depende da cor política de quem governa nem carece de grandes mobilizações de vontades ou de recursos, gostaria que a disponibilização online para acesso e consulta pública das decisões proferidas pelo tribunal de propriedade intelectual, bem como das decisões da Relação de Lisboa e do Supremo Tribunal de Justiça a elas aferentes, fosse uma realidade em 2024. Sei que está em curso uma miríade de projetos que visam a transformação digital da Justiça e dos Tribunais e também sei que um deles visa precisamente a anonimização das decisões judiciais com recurso a robôs de inteligência artificial, que é o passo prévio à disponibilização online dessas decisões. E o meu modestíssimo desejo para 2024 é que desse conjunto de iniciativas surja, ao menos e como primeiro passo, a disponibilização online das decisões judiciais relativas à propriedade intelectual. Não se trata certamente de uma medida sonante, ou de uma medida que resolva algum dos variadíssimos problemas estruturais que a Justiça portuguesa enfrenta. Mas seria seguramente uma medida emblemática e exemplificativa para outros setores, que tornaria transparentes e acessíveis determinados outputs judiciais e permitiria o seu escrutínio, o seu estudo e a sua análise por parte da academia, dos operadores jurídicos e dos destinatários das normas neles interpretadas e aplicadas.

Reformas como esta que aqui menciono, e que assentam na transparência, na simplificação, na transformação digital, na acessibilidade e na proximidade, alisam o caminho para uma justiça melhor, mais útil à sociedade e mais eficaz. Às vezes são os pequenos avanços, as “micro” reformas setoriais, feitas subtilmente e sem grande alarido que no fim provocam as transformações mais profundas e radicais.

↓ O *managing partner* da CMS, José Luís Arnaut, partilhou com a *Advocatus* que o momento atual é de incerteza, quer do ponto de vista político, quer do ponto de vista internacional e até económico.

José Luís Arnaut recordou que a nível económico dados da Comissão Europeia revelaram que o PIB registou uma contração de 1% na zona euro no terceiro trimestre e de zero na União Europeia e que os “indicadores a curto prazo apontam para a continuação de uma fraca dinâmica económica no início do atual período”. Assim, deseja estabilidade em 2024, uma vez “só assim poderemos ter um ano minimamente positivo”.

Que reforma espera a curto prazo para Portugal em 2024?

O momento é de incerteza, incerteza e incerteza.

Incerteza de um ponto de vista político, tendo em conta os últimos acontecimentos que levaram à demissão do Governo de maioria socialista. O resultado de sair uma maioria estável das próximas eleições não está adquirido, e isso nunca é bom para o clima económico e para os níveis de investimento que o país tanto precisa.

Incerteza internacional, na medida em que temos duas guerras, cuja escalada é uma incógnita. Estes dois conflitos (Ucrânia e Médio Oriente), que para além de terem um impacto humanitário em todo o mundo, levam a um escalar de preços, nomeadamente no setor energético, e, como sabemos, o aumento de preços da energia tende a refletir-se em todos os outros setores.

Incerteza do ponto de vista económico. Sabemos, segundo dados da Comissão Europeia, que o Produto Interno Bruto (PIB) registou uma contração de 1% na zona euro no terceiro trimestre e de zero na União Europeia, e os indicadores a curto prazo apontam para a continuação de uma fraca dinâmica económica no início do atual período.

Este cenário não é o ideal, pelo que o maior desejo que devemos ter para 2024 é de que haja mais estabilidade a nível interno e externo. Só assim poderemos ter um ano minimamente positivo.



JOSÉ LUÍS ARNAUT
MANAGING PARTNER DA CMS

“O maior desejo que devemos ter para 2024 é de que haja mais estabilidade”



MANUEL MAGALHÃES

MANAGING PARTNER DA SÉRVULO

“Será um ano cheio de desafios interessantes e relevantes para o futuro da profissão”

→ Manuel Magalhães acredita que em 2024 haverá diversos desafios para o setor da advocacia. Face ao abrandamento do crescimento económico, prevê a diminuição do volume de trabalho na vertente transaccional e um reforço da procura nas áreas de reestruturacões, insolvências e contencioso, bem como nas áreas de propriedade intelectual e tecnologias de informacão.

O *managing partner* da Sérvulo realçou ainda que o ano de 2024 será marcado pelo “aprofundamento das preocupacões com os temas de ESG”, o “desenvolvimento sustentável” e com os temas relacionados com saude mental.

Que reforma espera a curto prazo para Portugal em 2024?

São múltiplos os desafios que se colocam às sociedades de advogados no ano de 2024. O primeiro é o do expectável abrandamento do crescimento económico, num quadro de grave incerteza internacional. Neste quadro, é previsível a diminuicão do volume de trabalho na vertente transaccional e um reforço da procura nas áreas de reestruturacões, insolvências e contencioso, bem como nas áreas de propriedade intelectual e tecnologias de informacão.

Um segundo e fundamental desafio será o da retençao de talentos. Para tanto, é fundamental que as sociedades de advogados continuem a oferecer remuneracões e perspectivas de carreira atrativas, mas que, ao mesmo tempo, conciliem a vida pessoal, profissional e académica, num projeto inclusivo e multifacetado, que aposte num modelo de trabalho híbrido, na formacão e num ambiente desafiante e inovador de trabalho em equipa.

A par com o investimento nos recursos humanos, as sociedades têm de manter uma forte aposta nas novas tecnologias e na digitalizacão. Duas questões incontornáveis neste domínio serão seguramente a da inteligéncia artificial e a da cibersegurança. De igual modo, as sociedades de advogados têm de continuar a reforçar a sua organizacão interna, apostando na profissionalizacão das áreas de suporte.

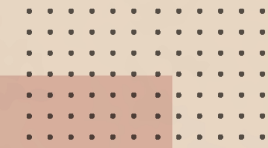
Num outro plano, cabe referir a crescente globalizacão da economia, com clientes e transacões cada vez mais complexas, exigentes e sofisticadas. Neste quadro, as relacões e parcerias internacionais e a capacidade de as sociedades de advogados assessorarem estas transacões com a qualidade e a rapidez esperada, são cada vez mais fatores críticos de sucesso.

Outro desafio distinto, mas relacionado, é o da multidisciplinariedade. A experiéncia noutros países mostra que as sociedades de advogados venceram este desafio, sem grandes sobressaltos, e há todas as razões para pensar que Portugal não será diferente.

Por último, mas não menos importante, o ano de 2024 será marcado pelo aprofundamento das preocupacões com os temas de ESG e o desenvolvimento sustentável e, bem assim, com os temas relacionados com saude mental.

Em suma, será um ano cheio de desafios interessantes e relevantes para o futuro da profissão.





NUNO AZEVEDO NEVES

MANAGING PARTNER DA DLA

“Portugal precisa urgentemente de uma ‘revolução’ profunda da justiça”

→ Nuno Azevedo Neves, managing partner da DLA Piper ABBC, defende que a eficiência da justiça é um fator “crucial” do crescimento económico e um barómetro “essencial” na avaliação do nível de maturidade do sistema democrático.

Assim, acredita que só uma revolução da “instituição” da justiça permitirá colocar Portugal no caminho da eficiência da justiça. “Uma mudança da visão para a justiça, uma mudança do propósito que a justiça tem de servir, uma mudança sobre quem deve o sistema de justiça servir, uma mudança na definição de uma estratégia e de objetivos claros e a longo prazo, e uma mudança do papel e do estatuto dos atores judiciais”, disse.

Que reforma espera a curto prazo para Portugal em 2024

Portugal precisa urgentemente de uma “revolução” profunda da justiça. Da visão de justiça, do propósito, da estratégia, dos

agentes seu papel e estatuto, da fiscalização da justiça, para assegurar que vamos no caminho certo. Vou focar-me numa: a eficiência da justiça.

A eficiência da justiça é um fator crucial do crescimento económico, e um barómetro essencial na avaliação do nível de maturidade do sistema democrático.

Existem muitos estudos que demonstram o impacto direto da eficiência da justiça no crescimento económico.

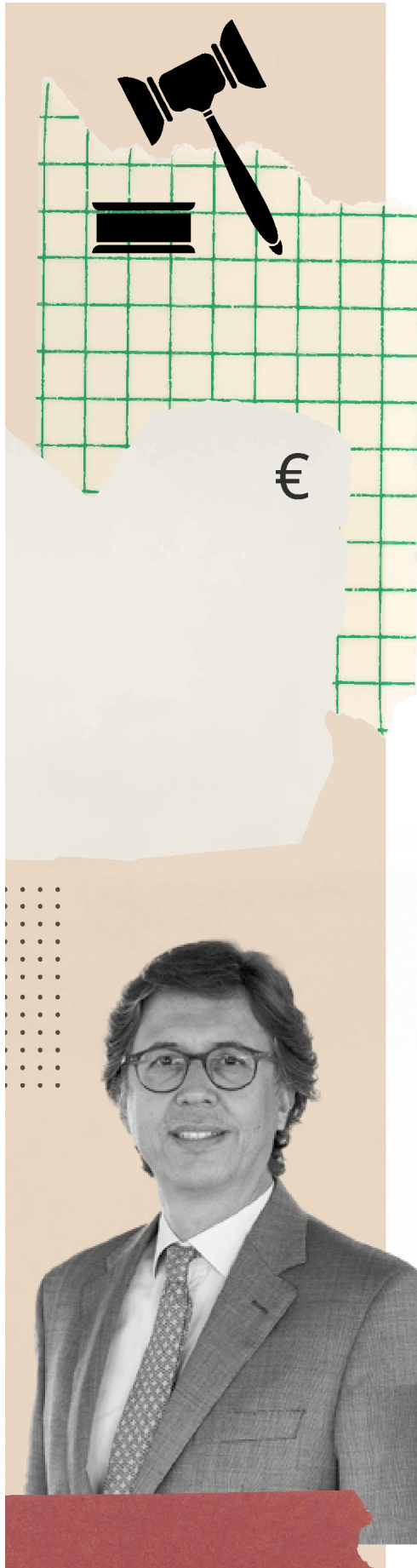
Um sistema judicial pouco eficiente limita a necessária confiança na proteção da propriedade privada, limita a necessária proteção dos investidores e de quem financia a economia e a permite crescer, limita a necessária condenação de quem não cumpre a lei nem os contratos que assinou, limita o necessário suporte ao crescimento das empresas e ao cumprimento por estas das suas obrigações, limita o acesso ao direito e a confiança das pessoas na justiça, limita o estabelecimento de relações económicas essenciais

para o desenvolvimento da concorrência e para um ambiente de inovação.

Só uma revolução da “instituição” da justiça permitirá colocar-nos no caminho da eficiência da justiça. Uma mudança da visão para a justiça, uma mudança do propósito que a justiça tem de servir, uma mudança sobre quem deve o sistema de justiça servir, uma mudança na definição de uma estratégia e de objetivos claros e a longo prazo, e uma mudança do papel e do estatuto dos atores judiciais.

Mas uma estratégia que se foque na eficiência, que assuma com coragem objetivos quantificáveis dos indicadores que uma justiça eficiente requer. E é essencial assegurar a execução dessa estratégia de longo prazo, e assegurar a análise objetiva dos resultados.

Temos perdido boas oportunidades para promover essa necessária mudança, e esta é uma revolução essencial para potenciar o crescimento e a confiança dos investidores, e para incrementar o nível de confiança no nosso sistema democrático.



NUNO SÁ CARVALHO

MANAGING PARTNER DA CUATRECASAS

“Antecipamos que a discussão política se foque na regulamentação do *lobbying*”

→ Nuno Sá Carvalho, Cuatrecasas, acredita que os acontecimentos políticos e a instabilidade para Portugal afetam o seu desempenho económico e a confiança dos investidores.

Ainda assim, mostram que existem alguns dados “positivos” no texto económico que dá algumas indicações para o futuro. E os fundos europeus por via do PRR, que deverá levar a um maior investimento público. O líder antecipou ainda que a “discussão política se foque nos temas da necessidade de regulamentação da transparência e conflitos de interesses e na regulamentação do *lobbying*”.

Que reforma espera a curto prazo para Portugal em 2024?

Os mais recentes desenvolvimentos políticos – com a demissão do primeiro-ministro, a dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições para 10 de março – aconselham prudência na análise. Naturalmente, este facto político, nos moldes em que se verificou, traz instabilidade para o País, o que pode afetar o seu desempenho económico e a confiança dos investidores. Ao mesmo tempo, no cenário geopolítico internacional, continuamos a assistir a um ambiente muito instável, com a guerra na Ucrânia e com o agravamento do conflito armado no Médio Oriente. A par disto, teremos também em 2024 as eleições para o Parlamento Europeu e para a presidência

a um maior investimento público. Por outro lado, manter-se-á seguramente o interesse de fundos de investidores internacionais em Portugal pelo menos em setores como a energia, nomeadamente renováveis e no âmbito da descarbonização da economia, infraestruturas e turismo.

No que diz respeito à Cuatrecasas, o nosso excelente desempenho nos anos mais recentes, em particular este ano, bem como a entrada de novas equipas, permite-nos enfrentar 2024 com confiança. Seguiremos numa trajetória de crescimento sustentado, investindo fortemente em talento, em inovação e na formação contínua de advogados e colaboradores, tudo isto alicerçado em tecnologia de ponta, tendo em vista uma maior eficiência e a excelência dos serviços a prestar pela Cuatrecasas.

Com este contexto político e económico é muito difícil antecipar quais as reformas expectáveis a curto prazo. Antecipamos, no entanto, que a discussão política se foque nos temas da necessidade de regulamentação da transparência e conflitos de interesses e na regulamentação do *lobbying*, temas que ganharam um renovado interesse nos últimos dias. ■